

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.861 - SP (2019/0292828-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE E OUTRO(S) - SP251587
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
RECORRIDO : SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CATANDUVA
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA E OUTRO(S) - SP140741

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CATANDUVA promoveu contra o BANCO DO BRASIL SA cumprimento de sentença coletiva prolatada na Ação Civil Pública nº. 1998.01.1.016798-9, pretendendo a condenação da Casa Bancária ao pagamento de expurgos inflacionários não creditados corretamente nas cadernetas de poupança, referente ao Plano Verão (janeiro/1989).

O BANCO DO BRASIL SA efetuou o depósito do valor apontado pela parte autora na inicial e apresentou impugnação, a qual foi rejeitada pelo magistrado de piso, que determinou, ainda, a retificação do cálculo do credor em relação à atualização monetária.

Irresignado, o Banco interpôs agravo de instrumento, o qual foi julgado monocraticamente pelo Relator no sentido de ser conhecido em parte para, nessa parte, ser parcialmente provido, a fim de excluir os juros remuneratórios do *quantum debeatur*.

Contra essa decisão, ambas as partes manejaram agravo regimental.

A Décima Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso da parte autora e conheceu em parte do recurso da Instituição Financeira para, nessa extensão, negar-lhe provimento, conforme acórdãos, assim ementados (fls. 332 e 365, e-STJ, respectivamente):

* AGRAVO REGIMENTAL - Juros remuneratórios não previstos na ação coletiva - Pretensão do excquente incabível - Matéria de entendimento consolidado nesta Turma Julgadora - Pré-questionamento - Recurso improvido *

* AGRAVO REGIMENTAL - O credor pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio - Desnecessidade da demonstração da associação do poupador ao IDEC - Legitimidade ativa configurada - A prévia liquidação do julgado é de todo dispensável - Aplicação do artigo 475-B do Código de Processo Civil - Utilização da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a

Superior Tribunal de Justiça

correção monetária do débito - Os juros da mora são devidos a partir da citação - Matérias de entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça - Cabimento da verba honorária advocatícia - Matéria não apreciada pela r. decisão recorrida, em virtude da ausência do interesse recursal - A multa imposta tem previsão no parágrafo 2º, do artigo 557 do Código de Processo Civil - Recurso conhecido em parte c, na parte conhecida, improvido, com observação *

Nas razões recursais (fls. 370-391, e-STJ), o BANCO DO BRASIL SA aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 219, 267, inciso IV e VI; 475-C, inciso II; 475-E e 475-J; todos do CPC/1973 (correspondentes, respectivamente, aos arts. 59 c/c 240; 485, incisos IV e VI; 509, incisos I e II; 523; todos do CPC/2015); 16 da Lei nº 7.347/1985 (Lei da ACP); 2º-A da Lei nº 9.494/1997; 82 e 95, da Lei nº 8.078/1990; 402 e 405 do CC.

Sustenta, em síntese: **(a)** a necessidade de extinção do cumprimento de sentença, face à inexigibilidade da sentença coletiva fora dos limites territoriais do órgão prolator; **(b)** a inexigibilidade do título executivo pela falta de prévia liquidação da sentença; **(c)** a ilegitimidade ativa dos poupadores por ausência de comprovação de vínculo associativo ao IDEC; **(d)** a aplicação dos juros de mora somente a partir da citação da fase de liquidação de sentença; **(e)** a atualização dos cálculos conforme pactuado, pelos índices oficiais de remuneração das cadernetas de poupança; **(f)** a necessidade de afastamento da condenação ao pagamento da multa estabelecida pelo art. 557, parágrafo 2º, do CPC/1973; e **(g)** a impossibilidade de fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença.

Contrarrazões ofertadas às fls. 460-482, e-STJ.

Em sede de juízo de admissibilidade, determinou-se o retorno dos autos ao órgão fracionário, para proceder ao juízo de conformidade, tendo em vista os Recursos Especiais Repetitivos nºs 1.247.150/PR e 1.198.108/RJ.

O acórdão anteriormente prolatado foi alterado apenas para os fins de excluir a multa imposta, ficando assim ementado (e-STJ, fl. 549):

* AGRAVO INTERNO - Existência do V. Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial, representativo da controvérsia nº 1.247.150/PR - O julgado de fls. 364/367 não divergiu da orientação do Superior Tribunal de Justiça, com relação à aludida matéria - Decisão que não aplicou a multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil de 1973 - Necessidade da prévia liquidação - Matéria não afetada para os fins do artigo 1.036 do Novo Estatuto Adjetivo Civil - Irrelevância do entendimento desta Câmara sobre a liquidez da r. sentença condenatória - Análise da controvérsia referente à Ação Civil Pública movida pela Apadeco contra o Banestado - Demanda coletiva diversa da objeto da presente execução - Multa prevista no parágrafo 2º, do artigo 557 do Estatuto Adjetivo Civil de 1973 - Existência do V. Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial, representativo de controvérsia nº 1.198.108/RJ - Necessidade da manifestação expressa da presente Câmara, acerca do cabimento da mencionada multa - O recurso interposto pela devedora objetivou o esgotamento para as Instâncias Ordinárias - Posicionamento emanado pelo V. Acórdão de fls. 364/367 alterado, apenas para os fins de excluir a multa imposta - Recurso improvido *

Superior Tribunal de Justiça

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 561-563, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, destaca-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei nº 13.105/15, pelo que o recurso em análise está sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme o Enunciado Administrativo 2/16 desta Corte.

2. No que pertine à alegada ilegitimidade ativa, a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte, no julgamento dos REsp's nºs 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento no sentido de que a sentença proferida na ação civil pública, que determinou o pagamento das diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, é aplicável indistintamente a todos os poupadores da instituição financeira, independentemente de residirem ou estarem domiciliados no órgão prolator e de comprovarem a filiação ao IDEC para a habilitação individual. Os repetitivos receberam as seguintes ementas:

A propósito, vale transcrever ementa dos precedentes supracitados:

DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. **A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo** (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).

1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.

2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp n. 1.243.887/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011) [grifou-se]

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA

Superior Tribunal de Justiça

PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1.391.198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014) [grifou-se]

Na hipótese em foco, a Corte de origem decidiu em conformidade com a cognição do STJ, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.

3. Não compete a este egrégio pretório, pela via estreita do recurso especial, reexaminar as provas dos autos, notadamente para aferir se o débito em execução pode ser apurado por simples cálculo aritmético ou se é necessária prova pericial. Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA APURAÇÃO DO VALOR INDIVIDUALMENTE DEVIDO A CADA UM DOS BENEFICIADOS. ALTERAÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...] 3. Tendo o Tribunal de origem afirmado ser suficiente a mera realização de cálculos aritméticos para apuração do valor individualmente devido a cada um dos beneficiados, não é possível afirmar pela necessidade de liquidação por arbitramento sem revisar fatos e provas. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 712.851/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES. SÚMULA 289/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. VALOR DO DÉBITO. APURAÇÃO. SÚMULAS 7 e 83 DO STJ.

1. Encontrando-se o acórdão impugnado no recurso especial em consonância com o entendimento deste Tribunal, no sentido de que o resgate de contribuições pagas a entidade fechada de previdência privada deve ser corrigido por índices que efetivamente recomponham a desvalorização da moeda, com a aplicação dos chamados expurgos inflacionários (Súmula 289/STJ), incide o enunciado da Súmula 83/STJ.

2. A conclusão do acórdão impugnado no recurso especial de que a apuração dos valores devidos pode ser feita por simples cálculos aritméticos, sendo desnecessária a realização de perícia, não pode ser revista no âmbito do recurso especial, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1439048/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 04/09/2014) [grifou-se]

Portanto, sendo imprescindível a desconstituição da premissa fática, impondo necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, a pretensão encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Acerca do termo inicial para a incidência dos juros de mora, a jurisprudência desta Corte fixou o entendimento no sentido de que, em execução de expurgos inflacionários, decorrentes de ação civil pública, os juros moratórios incidem a partir da citação na fase de conhecimento.

A esse respeito:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadelnetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadelnetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva,

Superior Tribunal de Justiça

inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, o que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp 1370899/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Corte Especial, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014)

Portanto, não procede a pretensão da parte recorrente de ver os juros de mora incidindo a partir da citação na fase de liquidação individual de sentença.

Estando, portanto, o acórdão estadual em consonância com o entendimento desta Corte, inevitável a incidência, quanto ao ponto, do óbice contido na Súmula 83 do STJ.

5. A instituição financeira alega, ainda, que a atualização das diferenças somente pode ser feita de acordo com os índices pactuados, ou seja, os oficiais aplicados às cadernetas de poupança.

O entendimento desta Corte, quanto à matéria, firmou-se no sentido de que a correção monetária do débito judicial não deve ser feita em consonância com o contrato primitivo e sim, com o preconizado pela Lei nº. 6.899/1991, tendo como base índice que melhor reflita a desvalorização da moeda.

Confira:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI 6.899/81. AFASTAMENTO DO IRP. ADOÇÃO DO INPC.

1. De acordo com o entendimento desta Corte, **a correção monetária do débito judicial não deverá ser feita em consonância com o contrato primitivo e sim, com o preconizado pela Lei n. 6.899/91, tendo como base índice que melhor reflita a desvalorização da moeda.**

Precedentes.

2. Em consonância com a jurisprudência do STJ, para a correção monetária dos débitos judiciais, a partir de julho de 1995, é mais adequada a utilização do INPC. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1647432/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 29/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RENDIMENTOS DE POUPANÇA. ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS JUDICIAIS. LEI N. 6.899/81.

1. **A correção monetária de débito judicial será feita de acordo com o disposto na Lei n. 6.899/81, e não considerando os índices da caderneta de poupança.**

Superior Tribunal de Justiça

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1266819/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 09/06/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DEPÓSITOS JUDICIAIS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SOBRESTAMENTO. DESCABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. DEPÓSITO JUDICIAL. LEI Nº 6.899/81. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- O sobrestamento dos processos determinado pelo C. Supremo Tribunal Federal nas decisões proferidas nos REs 591.797-SP e 626.307/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, e no AI 754.745, Rel. Min.

GILMAR MENDES não se aplica às hipóteses, em que se discute a incidência dos expurgos inflacionários em depósito judicial.

Precedentes do Supremo Tribunal Federal e da Quarta Turma deste Tribunal.

2.- O entendimento desta Corte é firme no sentido de que correção monetária do débito judicial não segue mais o regime do contrato primitivo e sim os ditames da Lei n. 6.899/81. Precedentes.

3.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1150359/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013)

O Índice de Remuneração da Poupança, portanto, embora usado no regime do contrato primitivo dos autos, não deve ser adotado na correção do débito judicial.

Verifica-se, assim, que a Corte estadual, ao determinar a utilização da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo por contemplar os expurgos inflacionários e a correção monetária de acordo com índices oficiais (fl. 272-273, e-STJ), decidiu em consonância com o entendimento desta Corte, o que atrai a incidência, quanto ao ponto, do óbice contido na Súmula 83 do STJ.

6. Relativamente à pretensão de afastamento da condenação ao pagamento da multa prevista no art. 557, parágrafo segundo, do CPC/1973 bem como de impossibilidade de fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, o recurso sequer pode ser conhecido, na medida em que não há interesse recursal ante: **a)** o afastamento da referida multa pelo Tribunal de origem, em sede de juízo de retratação (e-STJ, fl. 548-555); e **b)** a ausência de condenação do Banco recorrente ao pagamento de verba honorária (e-STJ, fl. 274 e 367), estando, assim, o acórdão em consonância com a pretensão veiculada pelo recorrente. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO CRÉDITO "CONSTRUCARD". DOCUMENTOS HÁBEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. **AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL.**

Superior Tribunal de Justiça

DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. (...)

4. Capitalização de juros. Pactuação expressa. Possibilidade. Precedentes do STJ. Súmulas 5 e 7. 5. **Ausência de interesse recursal quanto ao não cabimento da cobrança da comissão de permanência, uma vez que o acórdão afastou a cobrança do encargo.** 6. Não se pode conhecer do recurso pela alínea c, uma vez que aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, resta prejudicada a divergência jurisprudencial.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1416494/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019)

7. Do exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator